



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681224 - RS (2021/0225345-9)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : IZAIAS CASTRO DE CAMPOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IZAIAS CASTRO DE CAMPOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação n. 70084544642).

O paciente foi condenado, por decisão exarada em apelação, à pena de 1 ano, 6 meses e 3 dias de detenção em regime inicial semiaberto, pela prática dos crimes descritos no art. 129, § 9º, do Código Penal; art. 147, *caput*, do Código Penal (por duas vezes) e art. 24-A, da Lei nº 11.340/06 (por duas vezes), c/c os arts. 5º, inc. III e 7º, II e III, ambos da Lei n. 11.340/06, c/c art. 61, I e II, alínea “f”, e art. 69 do Código Penal.

Alega o impetrante que a ocorrência de constrangimento ilegal, em razão de ter sido negada a instauração de incidente de sanidade mental do ora paciente e a consequente suspensão da ação penal. Defende que o incidente pode ser requerido em qualquer fase do processo.

Requer, liminarmente, a anulação do julgamento e reabertura da instrução para instauração de incidente de sanidade mental.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente